

FORÇA AÉREA

Comando de Pessoal da Força Aérea

Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea

Despacho n.º 14 563/2006

Subdelegação de competências

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 1 do despacho, do CPESFA, n.º 12 304/2006 (2.ª série), de 12 de Junho, subdelego nas entidades a seguir designadas a competência para autorizar a realização de despesas com empreitadas de obras públicas, com a locação e aquisição de bens e serviços até aos montantes indicados:

- a) No comandante do Grupo de Apoio, TCOR/TMMA 041966-E, João Manuel Salvador Oliveira — € 25 000;
- b) No comandante da Esquadra de Administração e Intendência, CAP/ADMAER 083337-B, José Joaquim Marques Chambel — € 12 500;
- c) No comandante da Esquadilha de Administração, CAP/ADMAER 106803-C, Filipe Miguel Ferreira Rodrigues — € 5000.

2 — Em conformidade com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 21/82, de 30 de Janeiro, delego ainda no comandante da Esquadra de Administração e Intendência, CAP/ADMAER 083337-B, José Joaquim Marques Chambel, a competência para autorizar o pagamento de despesas e a cobrança de receitas, bem como assinar as requisições de fundos do Tesouro e outra documentação relativa à execução da gestão financeira corrente ao Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 23 de Maio de 2006, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelas entidades referidas nos números anteriores que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

20 de Junho de 2006. — O Comandante, *José Manuel Pinheiro Serôdio Fernandes*, COR/PILAV.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 14 564/2006

Por meu despacho de 22 de Junho de 2006, o licenciado Luís Nuno Bico Ramos, técnico superior de 2.ª classe, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Administração Extrajudicial, foi nomeado, precedendo concurso, na categoria de técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, ficando posicionado no escalão 1, índice 460. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Junho de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Aviso n.º 7709/2006

Nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 80.º e 114.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, faz-se público, para efeitos de consulta, que foi divulgada pelo ofício circular n.º 5/2006 a lista de antiguidade dos conservadores, notários e oficiais dos registos e do notariado relativa a 31 de Dezembro de 2005.

Da organização da referida lista cabe reclamação no prazo de 60 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

28 de Junho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Aviso n.º 7710/2006

Declara-se que foi anulado o concurso para provimento do lugar de escriturário da Conservatória do Registo Predial de Odiveelas, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 86, de 4 de Maio de 2006, por se terem alterado os pressupostos que haviam determinado a sua abertura.

28 de Junho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 14 565/2006

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os titulares dos cargos de direcção intermédia são recrutados, por procedimento concursal, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo.

Em cumprimento do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 21.º do mesmo diploma legal foi publicitado no *Diário da República*, em órgão de imprensa de expansão nacional e na bolsa de emprego público o procedimento de selecção de titular para o cargo de director de serviços do Centro de Formação dos Registos e do Notariado, cujas competências se encontram definidas no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 87/2001, de 17 de Março.

Analisadas as candidaturas apresentadas, verifica-se que a licenciada Auta da Conceição Figueiredo Poejo Torres, pelas aptidões pessoais demonstradas, pela formação e experiência profissional de que é detentora, designadamente na área da gestão de um centro de formação, possui o perfil pretendido para o exercício do cargo de director de serviços do Centro de Formação dos Registos e do Notariado.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na versão que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — Nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Auta da Conceição Figueiredo Poejo Torres, educadora de infância do quadro de pessoal dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros, no cargo de directora de serviços do Centro de Formação dos Registos e do Notariado.

2 — A nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho.

26 de Junho de 2006. — O Director-Geral, *António Figueiredo*.

Nota curricular

Nome — Auta da Conceição Figueiredo Poejo Torres.
Data de nascimento — 8 de Dezembro de 1952.

Formação académica:

Licenciatura em Pedagogia Social pelo Instituto Superior de Ciências Educativas, com a classificação final de 15 valores, em 1995;
Curso de formação pós-básica com especialização em Investigação e Acção Pedagógica, concluído em 1987, com média de 16 valores;
Curso de Educadora e Professora de Infância, terminado em 1973, com aproveitamento de 12 valores.

Formação complementar:

Curso de formação pedagógica de formadores;
Participação em diversos cursos, seminários e outros tipos de acções de formação, nomeadamente nas áreas da educação, formação e técnicas e instrumentos de direcção.

Actividade profissional:

Desde 2004, coordenadora do Centro de Formação dos Registos e do Notariado, directamente responsável pela sua organização e gestão, programando e assegurando a formação profissional do pessoal dos registos e do notariado. Exerceu ainda, em 2005, o cargo de directora do mesmo Centro, em regime de substituição;

Em 1980 transita para os Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros, coordenando vários sectores e actividades e desenvolvendo projectos, designadamente nas áreas pedagógica e cultural, de apoio social e recrutamento, selecção e formação de monitores;

De 1976 a 1980, coordenadora de estabelecimento de ensino;
Entre 1973 e 1976, exercício de funções em instituições educativas, sendo responsável pelo planeamento pedagógico, coordenação de monitores e organização e logística.

Actividade como formadora:

Ministrou os cursos de formação de monitores dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros;

Monitoragem de técnicas pedagógicas para formação de formadores.

Outras actividades:

Participação em comissões e grupos de trabalho no âmbito da actividade pedagógica, sócio-cultural e de apoio social;

Representante dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros junto da comissão interministerial para a acção social complementar;

Membro de júris de concursos para adjudicação de bens e serviços;
Colaboradora em organizações internacionais não governamentais.